

## Resenha do n. 43 da Revista *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*

Jean Pierre Chauvin

Regina Dalcastagnè & Roberto Vecchi (Orgs.). *Revista Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 43. Brasília (DF): UnB, 2014.

A *Revista Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea* é publicada pela Universidade de Brasília desde 1999. Ela reúne importante grupo de colaboradores, oriundos de diversas instituições nacionais e estrangeiras (França, Inglaterra, Estados Unidos etc.). Em sua 43ª edição, veiculada em junho de 2014, o periódico congregou diversos especialistas em torno do tema *Ditadura e Literatura*. Organizado por Regina Dalcastagnè e Roberto Vecchi, o volume, com mais de trezentas páginas, contou com dezessete colaboradores.

Na “Apresentação”, Dalcastagnè e Vecchi reivindicam o papel das Letras na preservação e disseminação da memória, partindo do pressuposto de que “a literatura tem sido e continuará sendo um arquivo surpreendente que guarda, de maneira mais incisiva do que a historiografia, a memória ainda dolorida de um tempo áspero e impróprio” (p. 11). Pautado pela qualidade dos textos, em sólida coerência com o tema dessa edição, o dossiê *Literatura e Ditadura* corresponde a dois terços do volume.

Destaque-se o artigo inicial, de Márcio Seligmann-Silva. A partir da obra de Rosângela Rennó, o autor estabelece relações entre o verbal e o imagético, compreendendo as “imagens fotográficas como inscrições que devem ser lidas” (p. 13). Para ele, há uma “força vital da imagem fotográfica, com sua capacidade de nos abrigar, como em um útero analógico (ou eletrônico)” (p. 19). Ao estabelecer diálogos entre a literatura e o cinema, o autor aponta paralelos em diferentes materiais e suportes que resultam da “arte a partir do trauma” (p. 14). Seligmann compreende o testemunho (fotográfico) simultaneamente como forma de representação e colapso, de que resulta uma performance mimética, o que nem sempre implica “referencialidade” (p. 16). Por outro lado, no que diz respeito à palavra-memória, “nada garante que a lembrança testemunhal nos liberte do trauma” (p. 15).

Arte da memória, a fotografia consiste em ofício situado historicamente e espacialmente. Ela é capaz de nos mobilizar em torno do instantâneo como registro. Nesse sentido, é ato libertário, ato político. Fugindo aos ditames da ordem e da violência institucionalizada, a

arte é capaz de solidarizar os indivíduos. Foi assim que nasceu no Chile a Asociación de Fotógrafos Independientes: entidade que, inspirada pelos atos de Luis Navarro, exerceu “um papel fundamental durante a ditadura chilena, apoiando o trabalho de importantes fotógrafos, dando credenciais a eles e os defendendo dos ataques das forças do governo” (p. 20).

No ensaio seguinte, Kátia da Costa Bezerra também aponta produtivas relações entre a imagem e a palavra. A pesquisadora aproxima o filme-documentário de Luísa Murat, *Que bom te ver viva* (1989), das ações que deram início à Comissão Nacional da Verdade, em 2012 – alvo de violenta pressão por parte dos atuais militares, além de manobras orquestradas com o auxílio de considerável parcela da chamada “grande imprensa”. Afora os obstáculos enfrentados na averiguação dos crimes, a pesquisadora comprova que “todo ato de rememorar implica um processo de recriação, reelaboração, ressignificação do passado, tendo o momento presente como referência” (p. 37).

As maneiras de recontar e ressignificar o passado ditatorial continuam em disputa. Não por acaso, o discurso conservador, retomado hoje, faz valer “um dos vetores que marcaram a orientação ideológica do regime militar” em sua “autocaracterização como uma instituição guiada por princípios católicos e familiares” (p. 38).

Nos artigos avulta a ideia de que o discurso cumpre papel fundamental, seja negativo e perverso (apagar os registros e silenciar as múltiplas vozes), seja positivo e de resistência (ao substituir a mensagem ditatorial pela da justiça e da democracia).

A esse respeito, chama atenção o ensaio de Idelber Avelar, que resgata a “leitura masculinista e fálica do mundo” (p. 49) pelos militares e apoiadores do regime, entre 1964 e 1981. Signo da resistência antissexista, na década de 1970 ressaltava-se o inegável papel das mulheres e dos homossexuais. O questionamento do “homem macho” corria em paralelo com a maior representatividade dos gêneros, tanto no jornalismo (na coluna de Celso Cury), quanto na música (*Secos & Molhados* e *Tropicália*).

A literatura não se absteve de tratar a questão, como o autor percebe nas obras de Fernando Gabeira (em apologia da luta armada), João Gilberto Noll (ao representar a disjunção entre pai e filho, em analogia com a figuração do universo militar) e Caio Fernando Abreu. Avelar ressalta a importância de um dos contos de *O ovo apunhalado* (1975), em que Abreu concebe tragicamente a “distopia resultante de uma praga tecnológica que mata ‘os contaminados’” (p. 54).

Por sua vez, Leila Lehnen constata que, em Porto Alegre, o monumento *Memorial aos Mortos e Desaparecidos* (do escultor Luís Gonzaga) é “tanto altamente visível como invisível” (p. 69). Isso também se aplica ao antigo prédio do segundo Dops e ao casarão, conhecido como “Dopinho”, localizados na capital gaúcha. Todos padecem com o

desconhecimento, a falta de memória ou de honestidade de seus habitantes, resultado do “silenciar proposital dos abusos cometidos durante o regime” (p. 74). Em interessante paralelo com a literatura, a autora destaca o conto “O condomínio” (1982) e a novela “A mancha” (2003) – narrativas de Luís Fernando Veríssimo em que as tensões entre algozes e ex-prisioneiros sinalizam contradições inerentes a um sistema político em que imperam mecanismos ambíguos de conciliação, em particular a Lei de Anistia, promulgada em 1979.

O principal objeto do artigo de Nicola Gavioli é um dos títulos da coleção *Vozes do Golpe*, lançada pela Companhia das Letras em 2004, que incluiu obras de Zuenir Ventura, Carlos Heitor Cony, Luís Fernando Veríssimo e Moacyr Scliar. Deste último, o pesquisador enfatiza o conto “Mãe judia, 1964”, em que a protagonista é uma “testemunha dos eventos históricos não convencional: uma paciente psiquiátrica” (p. 101). Além de uma abordagem heterodoxa sobre a memória traumática, o enredo pressupõe “o dispositivo de produção de silêncio” (p. 101), o que permite aproximá-lo do romance *Centauro no jardim*, de 1980.

O papel da crítica também entra em questão. Sabrina Schneider examina as convergências entre a literatura e o jornalismo, que deram início ao chamado “romance-reportagem” (p. 112), durante a década de 1970. Ao examinar o período, a pesquisadora nota que, a despeito de sua boa acolhida pelo leitorado, uma parcela de nossa crítica tradicional fazia duras ressalvas à representação do engajamento por parte dos autores contra a repressão militar, supondo que a matéria literária não deveria confundir-se com a adesão política, sob a forma de textos parajornalísticos ou documentais. Segundo a autora, para essa parcela purista da crítica, isso “impediria o efeito catártico” (p. 112) de obras, que se revelariam carentes de “valor artístico” (p. 113).

Em notável ensaio sobre a atuação dos grupos de resistência aos militares, Roberto Vecchi defende a ideia de que “Araguaia vai além de Araguaia” (p. 133). A região – hoje um tanto esquecida ou ignorada por grande parcela dos brasileiros – foi um dos maiores redutos da resistência armada ao regime ditatorial. Em aguda analogia com a Guerra de Canudos no início do século xx, o pesquisador relembra que “três expedições” do Exército mobilizaram “de 3 a 5 mil soldados que a partir de 1972, por quase dois anos, se lançaram sobre os grupos de guerrilha” (p. 135). No combate entre memória e ocultamento, os violentos episódios transcorridos no Araguaia seriam repetidos, de modo bastante similar, em outros países da América Latina, o que reforça a hipótese relacionada ao forte intervencionismo estadunidense.

Igualmente oportuna é a intervenção de Tânia Pellegrini, que revolve alguns pensamentos cristalizados a respeito da censura, tendo em vista a produção artística durante a década de 1970. Para a autora, a existência de jornais de menor visibilidade e

circulação permitia escoar, naquele período, um grande volume de textos coerentes e de qualidade. Segundo a pesquisadora, um agravante desfavorável à disseminação cultural envolvia ideias preconcebidas que decretavam faltar obras artísticas relevantes. Isso implicou a “consolidação de uma indústria cultural brasileira, que se efetivou à sombra da censura” (p. 154), como parte do “esforço explícito do governo para neutralizar a produção cultural de esquerda” (p. 155).

No artigo que encerra o dossiê, o italiano Ettore Finazzi-Agrò mostra que “a violência” ou é “naturalizada, ou é pensada como um fenômeno dependendo do Fado, ou seja, do arbítrio de deuses transitórios e vingativos ou do capricho imperscrutável do Acaso” (p. 179). Entre *sobreviventes* (caso de Primo Levi) e afogados, o pesquisador destaca a importância da literatura como representação suplementar ao discurso testemunhal e o historiográfico. Seria o caso do romance *Em câmara lenta*, de Renato Tapajós (1977), onde “o que está em questão é a própria humanidade de um sujeito reduzido a um *isto*” (p. 184).

Na segunda seção da revista, *Outros*, o enfoque recai sobre temas que envolvem a medicina, a etnografia, a memória, a literatura nipo-brasileira e a música. Monteiro Lobato, Michel Giacometti, Mário de Andrade, Pedro Nava (Ermelinda Maria Araújo Ferreira), Chico Buarque (Tatiana Sena), Hilda Hilst (William André) e Cristovão Tezza (Igor Ximenes Graciano) favorecem análises em torno da memória e da representação ficcional, também compreendida como um ato de memória e resistência, sob diversas formas de registro.

Por fim, *Resenhas* traz interessantes análises. Uma a respeito de *O Brasil* (2013) de Mino Carta. Para Rosana Corrêa Lobo, “predação, violência e submissão” (p. 296) seriam marcas indelévels da cultura brasileira, representadas no romance do jornalista. Já Gabriel Estides Delgado detém-se nos ensaios de *Teorias do espaço literário* (2013), em que Luís Alberto Brandão recorre a diversos filósofos e escritores com o fito de demonstrar a importância da categoria “espaço”, segundo a ótica de “Barthes, Foucault, Lefebvre, Bachelard, Bakhtin e Benjamin” (p. 299).

Como se vê, a qualidade do volume se deve à amplitude das matérias e à seriedade do trabalho realizado. Em tempos de gestos desmedidos, ações contraditórias e discursos autoritários – que ecoam a fala pseudopatriótica, maniqueísta e ordeira –, os artigos e resenhas subsidiam o leitor atento que se vê diante de novas maneiras de ser, refletir e exercer crítica.

---

**Jean Pierre Chauvin** é Professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.